



O CARÁTER MULTIFACETÁRIO INERENTE AO ATO DE TRABALHAR

THE MULTIDIMENSIONAL CHARACTER OF THE WORKING ACT

Por:

Adriana Maria Giubertti

E-Revista Facitec, v.1 n.1, Art.4, março. 2007.

http://www.facitec.br/erevista/index.php?option=com_content&task=view&id=9&Itemid=2

Todos os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte. A reprodução total de artigos é proibida. Os artigos só devem ser usados para uso pessoal e não comercial.

Em caso de dúvidas, consulte a redação: revistafacitec@facitec.br.

A e-Revista Facitec é a revista eletrônica da FACITEC, totalmente aberta, inaugurada em Janeiro de 2007, com perfil acadêmico, é dedicada a professores, pesquisadores e estudantes. Para mais informações consulte o site

www.facitec.br/erevista.



O CARÁTER MULTIFACETÁRIO INERENTE AO ATO DE TRABALHAR

THE MULTIDIMENSIONAL CHARACTER OF THE WORKING ACT

Resumo

Muitos pensadores voltaram o seu olhar de interesse para a categoria trabalho, instigados pela complexidade do ato de trabalhar e pela sua indispensável realização para qualquer sociedade, da mais primitiva até a mais moderna. Sob os diversos ângulos possíveis, o trabalho humano tem sido esmiuçado pela busca de seu entendimento, classificação ou dominação. Sem a pretensão de esgotar o assunto e admitindo a impossibilidade de se buscar todo o referencial teórico referente ao tema, alguns autores foram selecionados neste ensaio teórico para serem "questionados" sobre a característica multifacetária do trabalho. Assim, o que se pretende no presente estudo é uma elucidação do que seria trabalhar para o indivíduo a partir da revisitação de importantes idéias elaboradas por Karl Marx, Hannah Arendt, Ricardo Antunes e Richard Sennett..

Palavras-chave: Sociedade, Trabalho, Mercadoria, Contemporaneidade, Exploração

Abstract

Many thinkers have been dedicating their efforts to study the human work. They use to be concerned by both the complexity of the working act and the work's essentiality to both the societies and the human been. Human work has been analyzed in several different angles by men/women that aims to know it, to classify it or simply to dominate it. This essay aims to present the meaning of the work for the individuals based on the theories of Karl Marx, Hannah Arendt, Ricardo Antunes and Richard Sennett.

Key words: Society, Work, Merchandise, Contemporary society, Exploration



INTRODUÇÃO

Muitos pensadores voltaram o seu olhar de interesse para a categoria trabalho, instigados pela complexidade do ato de trabalhar e pela sua indispensável realização para qualquer sociedade, da mais primitiva até a mais moderna. Sob os diversos ângulos possíveis, o trabalho humano tem sido esmiuçado, numa busca de, conforme a área de conhecimento interessada, entendê-lo, classificá-lo ou dominá-lo.

Mais especificamente, psicólogos, economistas, historiadores e cientistas sociais têm se preocupado com a relação indivíduo/trabalho. Nessa relação estariam a satisfação de trabalhar, as pressões e o jogo do poder inerente ao mundo do trabalho, os mecanismos de exploração usados na esfera do trabalho, o estigma do desemprego, a geração de riqueza e de pobreza, etc.

Sem a pretensão de esgotar o assunto e admitindo a impossibilidade de se buscar todo o referencial teórico referente ao tema e todas as pesquisas realizadas sobre a categoria trabalho, alguns autores foram selecionados neste ensaio teórico para serem “questionados” sobre a característica multifacetária do trabalho.

Como o objetivo deste resgate teórico é chamar a atenção para a relevância da questão trazida, bem como encorpar a reflexão com o “estranhamento” dos autores a respeito do ato de trabalhar e com a complexidade do trabalho para a vida do indivíduo e a vida em sociedade, foi escolhida a produção de quatro autores para nortear a revisitação teórica: Karl Marx, Hannah Arendt, Ricardo Antunes e Richard Sennett.

Marx foi escolhido pela produção teórica sobre o trabalho no mundo capitalista, inclusive, ousando pensar um mundo do trabalho diferente, alternativo. Marx é considerado um grande teórico do trabalho. As contribuições deixadas por Marx, no que se refere ao mundo capitalista, sua lógica e implicações, são extremamente importantes para este estudo e para a investigação aqui proposta.



A produção de Hannah Arendt interessa, principalmente, pelo esforço realizado pela autora de separar, distinguir e nomear diversas formas de trabalho. A riqueza de sua produção consiste no enfoque temporal, pensando e classificando o ato de trabalhar desde a Antigüidade.

O terceiro autor trazido neste estudo é Ricardo Antunes, principalmente, por sua reflexão atual do mundo do trabalho contemporâneo no Brasil, contemplando em suas discussões as últimas alterações ocorridas no processo e nas relações de produção.

A reflexão realizada por Sennett foi incluída pela sua preocupação com o mundo do trabalho no capitalismo flexível e suas implicações no modo de viver do indivíduo contemporâneo.

TRABALHO: PARA QUE TE QUERO?

Nos diversos estudos econômicos, quando se faz referência a *trabalho*, está se falando de *força de trabalho*, que pode ser definida pela energia humana empregada conscientemente na produção de bens econômicos (CARREIRO, 1977). Assim, para os economistas, trabalho é igual à força de trabalho¹, concluindo que o indivíduo que não estiver inserido em um sistema de produção econômico não está trabalhando. Segundo Marx (1970, p.187),

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto de faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie.

Se for considerado o verbete trabalho constante no Dicionário de Ciências Sociais (1986), são distintos os seguintes pontos para o ato de trabalhar: "a) uma ação ou antes uma obra, b) desempenhada por seres

¹ O emprego da força de trabalho na produção de bens econômicos que, conseqüentemente possam satisfazer às necessidades econômicas dos homens, está condicionada, segundo a teoria econômica, aos elementos a) gasto de energia humana, b) consciência desse gasto de energia e, c) com um fim determinado, inclusive para o trabalhador. Segundo Carreiro (1977), o trabalho que produz bens econômicos é multiforme e pode ser classificado em muscular ou mecânico; corporal ou intelectual; simples ou complexo; concreto ou abstrato; individual ou social; escravo, servil, cooperativo ou livre.



humanos, c) que supõe determinado dispêndio de energia, d) dirigida para um fim determinado e conscientemente desejado, e) executada sempre mediante uma participação de energia física e de inteligência, f) acompanhada geralmente de um auxílio instrumental e g) que de algum modo produz efeitos sobre a condição do agente” (FGV, 1986, p.1249). Sem dúvida não há como negar que o trabalho supõe uma série de facetas, as quais busca-se elucidar aqui.

A multiplicidade de características que cerca o ato de trabalhar instigou a produção de muitos autores. Neste trabalho científico foram selecionados alguns deles que, sem dúvida, trarão na sua reflexão elementos importantes para a leitura da categoria trabalho.

Karl Marx

Buscando novamente a teoria econômica, considera-se, quanto à oposição trabalho produtivo/improdutivo, o trabalho produtivo aquele que está inserido no sistema de produção de bens, ou seja, o trabalho com a característica da produtividade, considerando um determinado sistema socioeconômico, um determinado modo-de-produção. O modelo de produção capitalista se “define, em essência, por um sistema de relações de produção constituído pelo trabalho e pelo capital, sob o domínio deste último, e cuja lógica de funcionamento é determinada pela produção da mais-valia” (FGV, 1986, p.1251). Então, a produtividade do trabalho deve ser dentro dessa lógica. Essa é a classificação do trabalho sob o referencial do sistema.

Ao realizar o trabalho produtivo, o indivíduo vende a sua força de trabalho por um salário para quem possui os meios de produção, ou seja, a propriedade dos instrumentos de produção, assim a força de trabalho vendida será embutida no capital em forma de capital variável, de modo que, por meio do processo de produção, valorize o capital inicial e este seja incrementado na mais-valia. A mais-valia parece ser uma simples



conseqüência do processo, mas é muito mais: é o motor de todo o processo. Marx elucida que para

transformar dinheiro em capital tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender (MARX, 1970, p.189).

Conforme o autor, o valor da força de trabalho é determinado como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo necessário a sua produção.

Karl Marx foi um dos grandes pensadores do funcionamento do sistema capitalista. Em *O Capital*², assume como um dos principais objetivos explicar a sua estrutura, bem como o seu desenvolvimento. Mais do que isso, Marx se preocupou com a condição dos homens e mulheres inseridos no referido regime, além da própria história do regime capitalista, e, inclusive, os acontecimentos e contradições que levariam ao seu fim esse sistema de exploração.

Segundo Marx, a essência do capitalismo é, primordialmente, a busca do lucro. Assim sendo, o autor procurou entender a lógica da produção desse lucro, respondendo à questão: como, em um sistema baseado na troca, se pode ter mais no final do que se tinha no início do processo. Qual a lógica para explicar a origem do lucro? A resposta encontrada por Marx é o processo de produção da mais-valia. O autor parte do princípio de que o valor de qualquer mercadoria é, geralmente, proporcional à quantidade de trabalho social médio nela contida, chegando à teoria do valor-trabalho. Nesta teoria, Marx afirma que o único elemento quantificável que se identifica na mercadoria é a quantidade de trabalho gasto para a sua realização. Assim, o valor do trabalho pode ser medido como o valor de qualquer outra mercadoria. O

² ELSTER (1996) afirma que *O Capital*, escrito em 1867, foi o trabalho mais importante de Marx, e segundo o autor, forma, com a *Origem das Espécies*, de Darwin, a dupla dos livros mais importantes do século XIX. Elster afirma que “como análise econômica não é uma realização definitiva, mas ainda não foi ultrapassado enquanto estudo da mudança técnica, do comportamento empresarial e do conflito de classes na época do capitalismo clássico” (1996: 24).



salário que o trabalhador recebe pela venda da sua força de trabalho equivale à quantidade de trabalho social necessário para produzir mercadorias essenciais para a vida do trabalhador e sua família. Conseqüentemente, o trabalho é também uma mercadoria.

Marx afirma que “a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (1970, p.45).

Como um dos elementos constitutivos da caracterização do trabalho investigado aqui é o trabalho como produtor de mercadorias e como própria mercadoria, cabe analisar de forma mais pormenorizada o conceito de mercadoria apresentada por Marx.

Marx argumenta que cada coisa útil – como o ferro e o papel, por exemplo - deve ser vista segundo *qualidade* e *quantidade*. Descobrir os diversos aspectos da utilidade dos objetos é um ato histórico. Assim, a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso, que se realiza somente no seu uso ou no seu consumo. O valor de troca aparece, a princípio, como a relação quantitativa, na proporção do valor de uma mercadoria que se troca contra o valor de uso de outra espécie. Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade; como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, referência ao valor de uso (MARX, 1970). Assim sendo, o que há de comum, o que se revela na relação de troca ou valor de troca de uma mercadoria é, portanto, o seu valor.

As mercadorias, então, existem sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias. Elas só são mercadorias devido à duplicidade de serem objetos de uso e simultaneamente portadores de valor.

Segundo o autor, se prescindirmos do valor de uso da mercadoria só vai restar a ela uma propriedade, que é a de ser um produto do trabalho. Assim, um valor de uso ou um bem só possui valor porque nessa mercadoria está materializado o trabalho humano abstrato. Só há



uma possibilidade de medir a grandeza do valor de uma mercadoria: por meio da quantidade de trabalho nela contida (MARX, 1970).

Dessa forma, valor de uso de cada mercadoria encerra determinada atividade produtiva adequada a um fim, ou trabalho útil. Os valores de uso são ligações de dois elementos, ou seja, a mercadoria é resultado da matéria fornecida pela natureza e do trabalho. Em relação ao valor de uso, o trabalho contido na mercadoria vale apenas qualitativamente; em relação à grandeza do valor, vale só quantitativamente, ou melhor, no valor de uso trata-se “do como e do quê do trabalho, aqui (em relação à grandeza de valor) do seu quanto, da sua duração temporal” (MARX, 1970, p.53).

Segundo Marx (1970), todo o trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, no seu caráter *abstrato* e cria o valor das mercadorias. Por outro lado, todo o trabalho é também dispêndio de força humana para um determinado fim e, nessa qualidade de trabalho útil e *concreto*, produz valores de uso. Podemos então resumir o trabalho em duas dimensões: a primeira, abstrata, refere-se ao trabalho que cria valores de troca, é o trabalho fetichizado, estranhado; a segunda, concreta, refere-se ao trabalho que cria valores de uso, valores socialmente úteis, é o trabalho com sentido.

Marx afirma que somente dentro do processo de troca os produtos recebem uma objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada. Porém, essa divisão do produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor, realiza-se apenas na prática. Tão “logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas” (MARX, 1970, p.71). Concluindo, o valor de troca é uma maneira social específica de expressar o trabalho empregado na produção de algo.

Um outro aspecto importante ressaltado pelo autor é que, no processo de troca, para que os bens se relacionem uma às outras como



mercadorias, importa que os seus donos se relacionem entre si como pessoas. Somente de acordo com a vontade do outro, se apropria da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. É claro que, segundo essa lógica, o dono da mercadoria só propõe trocá-la, se ela não tem para ele nenhum valor de uso. Assim, cada possuidor de mercadorias só se propõe a alienar sua mercadoria por outra cujo valor de uso satisfaça a sua necessidade, sendo que, sem dúvida, o indivíduo quer realizar a troca da sua mercadoria, enquanto valor, por qualquer outra mercadoria que o agrade e do mesmo valor.

O ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria parte de uma mercadoria à outra, que sai de circulação e entra no consumo, para a satisfação de necessidade, ou seja, valor de uso, objetivo final do processo. Marx também argumenta, na sua análise da transformação do dinheiro em capital, que este processo tem que ser desenvolvido com base nas leis imanentes ao intercâmbio de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida. Assim, o possuidor do dinheiro, ainda embrião de capitalista, tem que comprar as mercadorias por seu valor, vendê-las por seu valor e, mesmo assim, possuir, no final do processo, mais dinheiro do que tinha no seu início. Essa transformação só é possível ocorrer quando se compra uma mercadoria que gere mais valor do que aquele pelo que foi comprada. Existe uma mercadoria assim: é a força de trabalho. Marx define força de trabalho ou capacidade de trabalho como sendo "o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie" (MARX, 1970, p.139).

Segundo o autor, para que o dono do dinheiro encontre no mercado tal mercadoria é necessária uma conjuntura específica. A primeira característica dessa conjuntura é que a força de trabalho, como mercadoria, só pode aparecer no mercado para ser vendida por livre opção de quem a possui. Ele, livre proprietário de sua própria força de trabalho, e o outro, possuidor do dinheiro, enfrentam-se assim no



mercado, cada um com a sua mercadoria, trabalho e dinheiro, como pessoas juridicamente iguais, negociam, sempre condicionados a uma temporalidade.

A segunda característica necessária para que o possuidor do dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadoria é que o possuidor da força de trabalho, ao invés de poder vender mercadorias em que seu trabalho se tenha se objetivado, ofereça à venda, como mercadoria, sua própria força de trabalho. Para que isso aconteça o indivíduo deve ser destituído dos meios de produção.

Para que alguém venda mercadorias distintas de sua força de trabalho ele tem de possuir naturalmente meios de produção, por exemplo, matérias-primas, instrumentos de trabalho etc. ele não pode fazer botas sem couro. Precisa, além disso, de meios de subsistência. Ninguém, nem mesmo um músico do porvir, pode alimentar-se com produtos do futuro, portanto também não de valores de uso cuja produção não esteja concluída, e, como nos primeiros dias de sua aparição sobre o palco do mundo, o homem ainda precisa consumir a cada dia, antes de produzir e enquanto produz. Caso os produtos sejam produzidos como mercadorias, então precisam ser vendidas depois de produzidos, e só podem satisfazer às necessidades do produtor depois da venda. Ao tempo da produção se acresce o tempo necessário à venda (MARX, 1970, p.140).

Em resumo, Marx afirma que, para transformar dinheiro em capital, o dono do dinheiro precisa encontrar no mercado a mercadoria trabalho, vendida por um tempo determinado e de forma livre pelo seu proprietário e que este tenha apenas a mercadoria-trabalho para vender. Tal quadro não é considerado por Marx como natural, mas historicamente construído.

Igualmente, na existência do produto como mercadoria, também estão envolvidas algumas condições históricas. Marx afirma que, para se tornar mercadoria, o produto não pode ser produzido como meio de subsistência imediato para quem a produz. Ou seja, a representação do produto como mercadoria, tal como foi explicitado por Marx, só é possível em um modo específico de produção: o sistema capitalista.

Bem, mas como mensurar o valor da mercadoria trabalho? Segundo o autor:



O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor (MARX, 1970, p.141).

Assim, o valor do trabalho deve corresponder, no mínimo, ao fornecimento de elementos necessários para que o trabalhador continue vivo, alimentado, abrigado, saudável para continuar vendendo a sua força de trabalho. Para Marx, a soma dos meios de subsistência deve ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. Assim a determinação do valor da mercadoria trabalho possui a singularidade de conter um elemento histórico e moral.

Só que a força de trabalho só tem valor se puder ser vendida. E no sistema capitalista, vendida antecipadamente. Marx afirma que em todos os países capitalistas a força de trabalho só é paga depois de ter funcionado durante o prazo previsto no contrato de compra. Assim, o trabalhador adianta ao empregador o valor de uso da força de trabalho, que a consome e, posteriormente, paga.

Um outro elemento importantíssimo constitutivo da teoria do valor-trabalho é que o tempo necessário para o operário produzir um valor igual ao que recebe sob forma de salário é inferior à duração efetiva do seu trabalho: “tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 1970, p.46).

Segundo tal lógica, o operário, por exemplo, produz, pode-se dizer hipoteticamente, em quatro horas um valor igual ao que está contido em seu salário. Mas ele não trabalha apenas quatro horas, ele trabalha 8



horas. Assim, metade do seu tempo trabalhado é do patrão. As quatro primeiras horas Marx chama de trabalho necessário, as quatro horas que ele trabalha para o dono da empresa é nomeada de sobre-trabalho. A mais-valia, então, é a quantidade de valor produzido pelo trabalhador além do tempo de trabalho necessário, ou seja, com o sobre-trabalho. Seguindo a lógica marxista, a taxa de exploração do trabalhador pode ser calculada pela relação entre a mais-valia e o capital variável, que corresponde ao salário recebido, no caso, pelo operário.

Marx sustenta que existem duas maneiras para aumentar a mais-valia, o que corresponde também à exploração dos trabalhadores. Esta também é a resposta de como o lucro é possível, como é possível ao final do processo ter mais do que seu início. O primeiro procedimento é o de prolongar a duração do trabalho e, conseqüentemente, o sobre-trabalho; ou, segundo, reduzir o mais possível o trabalho necessário, o que dá no mesmo. Um dos mecanismos para reduzir a duração do trabalho necessário seria aumentar a produtividade, ou seja, produzir o valor correspondente ao salário em menos tempo. De forma genial, Marx percebe a tendência permanente pela qual a economia capitalista procura o aumento constante de produtividade do trabalho.

Assim, pode-se entender como em um sistema onde tudo se troca de acordo com o seu valor é possível produzir lucro para os empresários. O trabalho humano, segundo Marx, é a única mercadoria que é paga pelo seu valor e, simultaneamente, produz mais do que ele.

O autor chega a idealizar, na "Ideologia Alemã", um trabalho que possuísse o que podemos chamar de uma única face. Seria o trabalho que possibilita o sustento, porém sem a obrigatoriedade, sem a eterna repetição, sem a especialização que retira do indivíduo o conhecimento de produzir algo com começo, meio e fim e que estigmatiza o indivíduo a ser uma coisa só, seja caçador, seja pescador, seja um crítico. O trabalho que Marx acredita ser possível na sociedade comunista não prenderia o homem em uma só atividade, sendo que a sociedade possibilitaria de, a cada dia, fazer o que mais desejar: pescar em vez de ser um pescador;



caçar no lugar de ser um caçador. Assim os homens e mulheres teriam controle do seu ato de trabalhar. Para Marx, antes de tudo, o trabalho é “um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (1970, p.149).

Finalizando essa reflexão sobre as diversas faces que podem ser percebidas no ato de trabalhar em Marx, seria importante ressaltar a complexidade de analisar a importância do trabalho nas diversas sociedades e na vida dos indivíduos. Marx, ao longo do tempo, também demonstrou essa complexidade, inclusive pela diferença de análise da categoria ao longo das suas obras. Ao avaliar como Marx percebia o trabalho nas obras escritas pelo jovem Marx e a produção de um Marx mais maduro, pode-se ressaltar que ele também passeia pelo caráter libertador e escravizador de um mesmo trabalho.

Hannah Arendt

Hannah Arendt (1987) traz, com bastante propriedade, a discussão da inadequação de uma palavra só para designar o ato de trabalhar e, justificando a diferenciação que ela faz entre labor e trabalho, diz:

Contra essa carência de provas históricas, porém, há uma testemunha muito eloqüente e obstinada: a simples circunstância de que todas as línguas européias, antigas e modernas, possuem duas palavras de etimologia diferente para designar o que para nós, hoje, é a mesma atividade, e conservam ambas a despeito do fato de serem repetidamente usadas como sinônimas (1987, p.90).

Em nota de pé de página do seu livro, “A Condição Humana”³, a autora lembra que a língua grega diferencia uma atividade da outra, denominando as “mãos que trabalham” do “corpo que labora” com as palavras *ponein* e *ergazesthai*; já o latim, *laborare* e *facere*; o francês, *travailler* e *ouvrer* e o alemão, *arbeiten* e *werken*, sendo que todas que

³ 1987: 90



designam o “labor” estão vinculados à sofrimento, atividade penosa, atribulada.

A autora parte da idéia de Aristóteles que distinguia três modos de vida⁴ que os homens podiam escolher livremente, todos independento das necessidades da vida, pois, segundo a lógica do pensamento, os indivíduos que com isso se ocupam não dispõem da liberdade de seus movimentos e ações.

Segundo o pensamento aristotélico, nem o labor nem o trabalho eram considerados dignos o suficiente para constituir um modo de vida autenticamente humano, pois, se os homens estavam preocupados em servir ou produzir o que é útil, não podiam ser livres (ARENDR, 1987).

Com a expressão *vita activa*, Hannah Arendt designava três atividades humanas fundamentais: o labor, o trabalho e a ação.

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida.

O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade.

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem

⁴ Os três modos de vida distintos por Aristóteles são: “a vida voltada para os prazeres do corpo, na qual o belo é consumido tal como é dado; a vida dedicada aos assuntos da polis, na qual a excelência produz belos feitos; e a vida do filósofo, dedicada à investigação e à contemplação das coisas eternas, cuja beleza perene não pode ser causada pela interferência produtiva do homem nem alterada a através do consumo humano” (1987: 21).



na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política, mas esta pluralidade é especificamente a condição (...) de toda vida política (1987, p.15).

Conforme a análise da autora, a expressão *vita activa*, caracterizada acima, perde o seu significado com o desaparecimento da antiga cidade-estado e passa a designar todo tipo de engajamento ativo nas coisas deste mundo, passando a ação a ser vista como uma das necessidades da vida terrena, como o *labour* e o trabalho, restando apenas a contemplação como o único modo de vida realmente livre.

Assim, segundo Hannah Arendt, a era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho e transformou as comunidades modernas em sociedades de operários e assalariados, concentrando-se tudo em torno do labor. Algo extremamente importante trazido pela autora, absolutamente atual, é que não é necessário, para que haja a sociedade acima caracterizada, que todos sejam operários, mas que todos considerem o que fazem "*primordialmente como modo de garantir a própria subsistência e a vida de suas famílias*" (1987, p.56).

A autora afirma que a esfera social desencadeou um crescimento artificial do natural, caracterizado pelo aumento acelerado da produtividade do labor, perceptível na "divisão do trabalho", advinda da mecanização dos processos do labor. É a transferência, com excelência, da esfera privada para a esfera pública. Houve assim uma excepcional transformação do *labour*, considerada a princípio o ato de "cambaleiar sob uma carga", exercida só pelos miseráveis e, agora, não só promovida para a esfera pública como também capaz de distinguir e destacar uma pessoa da outra.

A autora conclui que a inesperada e impressionante promoção do labor, da mais humilhante e desprezível posição à mais alta categoria, à mais valorizada de todas as atividades humanas, começou

quando Locke descobriu que o *labour* é a fonte de toda a propriedade; prosseguiu quando Adam Smith afirmou que esse mesmo *labour* era a fonte de toda a riqueza; e atingiu o clímax no *system of labor* de Marx, no qual o labor passou a ser a origem de



toda produtividade e a expressão da própria humanidade do homem (1987, p.113).

No mundo antigo, ser político significava atingir a mais alta possibilidade da existência humana. Essa vida pública só era possível depois de atendidas as necessidades mais urgentes que garantissem a sobrevivência. Na Antigüidade, o meio de atendê-la era o labor. Quando se tinha escravos para laborar em favor da obtenção do necessário para a sobrevivência, o indivíduo era uma pessoa livre para ingressar na vida pública (idem, 1987).

Na modernidade, o indivíduo parece nunca transpor essa etapa de satisfazer as necessidades básicas, pois parece que essa categoria tem absorvido mais e mais itens.

A autora se surpreende que mesmo com uma transformação tão profunda trazida pela modernidade, que promove o *animal laborans* à posição antes ocupada pelo *animal rationale*, não se tenha produzido, nessa mesma modernidade, teorias que distinguissem claramente o "animal *laborans* e o *homo faber*, entre o labor do nosso corpo e o trabalho de nossas mãos" (1987, p.96). Ela percebe três distinções feitas ao longo da era moderna: trabalho produtivo e trabalho improdutivo, trabalho qualificado e trabalho não qualificado e trabalho manual e trabalho intelectual. Para Hannah Arendt, apenas a reflexão entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo se mostra profunda o suficiente, apesar de não ser totalmente adequada para contemplar a complexidade da questão. É a teoria que mais corresponde à distinção entre trabalho e labor (idem, 1987). O ponto de vista da era moderna é, conclui a autora:

(...) todo trabalho é "produtivo"; e perde sua validade a distinção anterior entre a realização de tarefas servis, que não deixam vestígios, e a produção de coisas suficientemente duráveis para que sejam acumuladas. Como vimos antes, o ponto de vista social é idêntico à interpretação que nada leva em conta a não ser o processo vital da humanidade; e, dentro de seu sistema de referência, todas as coisas tornam-se objetos de consumo. Numa sociedade "socializada" (...) a distinção entre labor e trabalho desapareceria completamente; todo trabalho tornar-se-ia labor, uma vez que todas as coisas seriam concebidas, não sem sua



qualidade mundana e objetiva, mas como resultados da força viva do labor, como funções do processo vital (ARENDR, 1987, p.100).

Para a autora, as demais distinções – trabalho manual e trabalho intelectual, trabalho qualificado e trabalho não qualificado – são de importância secundária, pois apenas referem-se a atividades diferentes, com estágios e qualidades diferenciadas.

Hannah insiste, no capítulo “O Caráter de Objeto do Mundo”, que é dentro desse mundo de coisas duráveis que se localizam os bens de consumo com os quais a vida assegura os meios de sua sobrevivência, afirmando que essas coisas destinadas ao consumo e ao uso surgem e desaparecem numa dinâmica incessante. À medida que os experimentamos, nos habituamos e acostumamos. São essas coisas destinadas ao consumo “que geram a familiaridade do mundo, seus costumes e hábitos de intercâmbio entre homens e as coisas, bem como entre homens e homens” (1987, p.106).

Hannah Arendt visita o conceito de Marx sobre o trabalho, enfocando que ao definir o trabalho como o “metabolismo do homem com a natureza”, cujo processo se dá pela adaptação do material da natureza às necessidades do homem, Marx deixa claro que o trabalho e o consumo são apenas dois estágios do eterno ciclo da vida biológica, ciclo este sustentado pelo consumo, e a atividade que provê os meios de consumo não sendo outro senão o labor.

Tudo que o labor produz destina-se a alimentar quase imediatamente o processo da vida humana, e este consumo, regenerando o processo vital, produz – ou antes, reproduz – nova “força de trabalho” de que o corpo necessita para seu posterior sustento. Do ponto de vista das exigências do próprio processo vital – a “necessidade de subsistir”, como o chamava Locke – o labor e o consumo seguem-se tão de perto que quase chegam a constituir um único movimento – movimento que mal termina, deve começar novamente. A “necessidade de subsistir” comanda tanto o labor quanto o consumo (1987, p.111).



Finalizando a preciosa contribuição que a Hannah Arendt faz do trabalho e do labor – aquele o que produz bens duráveis e este o necessário à sobrevivência do corpo –, a autora faz uma avaliação valorativa do tempo de trabalho e de não- trabalho na sociedade moderna, quando traz em seu texto a oposição trabalho/lazer. Ela diz que a mesma tendência de reduzir todas as atividades à condição de prover o próprio sustento é evidente em todas as teorias modernas do trabalho, que, quase sem diferenças entre si, definem o trabalho como o oposto do lazer. O resultado disso é que todas as atividades “formais”, independentemente do seu resultado, são chamadas de trabalho, enquanto toda atividade não classificada como necessária, nem para a vida do indivíduo nem para a vida da sociedade, é classificada como lazer (1987).

Ricardo Antunes

Ricardo Antunes, considerado um dos mais importantes pensadores brasileiros no que se refere ao tema trabalho e sua relação com o indivíduo, é um autor contemporâneo que pensa apaixonadamente o ato de trabalhar. Para o presente estudo, a mais importante contribuição do autor refere-se à problematização realizada a respeito do fim da centralidade do trabalho⁵, refutando teses que assim indicavam.

Contrariamente àqueles que acreditam e defendem a perda de sentido e de significado do trabalho, Antunes (1995) traz a discussão abaixo:

As interrogações que perseguimos são essencialmente estas: a classe-que-vive-do-trabalho estaria desaparecendo? A retração do operariado tradicional, fabril, da era do fordismo, acarreta inevitavelmente a perda de referência e de relevância do social que trabalha? Que repercussões estas metamorfoses tiveram (e têm) junto aos organismos de representação dos trabalhadores, dos quais os sindicatos são expressão? E, como desdobramento analítico das transformações em curso, parecem-nos inevitáveis os seguintes questionamentos: a categoria trabalho não é mais

⁵ Sobre esse tema vide também OFFE (1989) e GORZ (1982).



dotada de estatuto de centralidade, no universo da práxis humana existente na sociedade contemporânea? (2000, p.18).

Analisando o mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, Antunes (1995) observa que a transição do fordismo⁶ para o toyotismo⁷ acarreta em um distanciamento de qualquer alternativa para além do capital, à medida que todos adotam uma ótica de mercado, da produtividade, das empresas, desconsiderando, inclusive, o desemprego estrutural resultante da alteração do processo produtivo. Afirma que não há dúvida de que a ocidentalização do toyotismo “conformaria em verdade uma decisiva aquisição do capital contra o trabalho” (1995, p.41).

A afirmação acima se reforça quando o autor ressalta um outro ponto essencial do toyotismo que, para ser coerente com a efetiva flexibilização do aparato produtivo, requer também uma imprescindível flexibilização dos trabalhadores:

O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado. O ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras (1995, p.36).

Assim, pensando principalmente na classe operária, Antunes traz que a segmentação da classe trabalhadora se intensificou de tal modo no toyotismo que é possível indicar que no *centro* do processo produtivo encontra-se um grupo de trabalhadores que está em processo de retração em escala mundial, que se caracteriza por ser estratégico para empresa, por permanecer em tempo integral dentro das fábricas, com maior segurança e mais inserido na empresa. Na *periferia* do processo existem dois subgrupos, sendo o primeiro formado por empregados em tempo

⁶ O fordismo pode ser caracterizado pela realização de uma única tarefa pelo trabalhador, pelo pagamento pro-rata (baseado em critérios da definição do emprego), pelo alto grau de especialização de tarefas, pelo pouco ou nenhum treinamento no trabalho, por nenhuma ou pouca preocupação com a segurança no trabalho, pela autocracia e pelo ambiente de trabalho fechado (ANTUNES, 1995).

⁷ O toyotismo pode ser caracterizado pelas múltiplas tarefas, pelo estabelecimento de metas, pagamento pessoal em função e resultado por equipe, pela eliminação da delimitação de tarefas, pela educação continuada, ou seja, longo treinamento no trabalho, liderança participativa, ambiente de trabalho panorâmico (ANTUNES, 1995).



integral, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado, caracterizado por uma alta rotatividade no trabalho; e o segundo inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais e com contratos temporários. Este é um grupo de trabalhadores mais precarizado e que tem mais crescido nos últimos anos (ANTUNES, 1995).

O autor resume que na sociedade capitalista contemporânea a classe-que-vive-do-trabalho complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais. Mas uma coisa pode ser afirmada com certeza: não é possível pensar na possibilidade, nem mesmo em um futuro distante, de eliminação da classe-que-vive-do-trabalho.

Antunes traz na sua reflexão importantes teses para o presente estudo de entendimento da relação indivíduo/trabalho. A primeira delas é enfática no que se refere à centralidade da categoria trabalho na sociedade capitalista: não há nada que permita concluir pela perda desta centralidade no contexto de uma sociedade produtora de mercadorias.

A segunda tese trazida é que não pode ser concebida a idéia de extinção do trabalho enquanto criador de *valores de uso*, de criador de coisas úteis, enquanto fator de interação entre o ser social e a natureza, enquanto trabalho *concreto*. Isso implica também uma explícita diferenciação entre trabalho *concreto* e trabalho *abstrato*.

A terceira tese posta pelo autor é que,

“embora homogeneizado, complexificado e fragmentado, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente do trabalho e pelo trabalho” (ANTUNES, 1995, p.94).

Assim, a classe-que-vive-do-trabalho ainda pode ser considerada central quando se trata de transformações que vão contra a lógica do capital.

Na quarta tese, Antunes afirma que a já mencionada heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe-que-vive-do-trabalho não caminha, absolutamente, no sentido da sua extinção. A quinta e última tese apresentada pelo autor afirma que o capitalismo, em qualquer de suas variantes contemporâneas, não foi capaz de eliminar as



múltiplas formas e manifestações do *estranhamento*⁸, ou seja, da existência de “barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção à omnilateralidade humana (...)” (1995, p.99).

Em seu livro "Os Sentidos do Trabalho", Antunes (1999) afirma que, dentre as profundas mutações no interior do mundo do trabalho que vem acontecendo nas últimas décadas, as mais danosas para os trabalhadores, sem dúvida, são o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma lógica voltada para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

Nesse novo mundo do trabalho, segundo Antunes, o capital assume uma lógica na qual o valor de troca das coisas subordinou totalmente o valor de uso. Citando Mézarós⁹, Antunes afirma que o sistema de mediações de segunda ordem¹⁰ – que seria, conforme Mézarós, os meios de produção alienados e suas "personificações" dinheiro; produção para troca; a diversidade de formação do Estado do capital em seu contexto global e o mercado mundial – passou a se sobrepôr e a conduzir as mediações de primeira ordem – cuja finalidade seria a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal. Assim, a “completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca – no interesse da auto-realização expansiva do capital – tem sido o traço mais notável do sistema de capital desde sua origem” (MÉSZARÓS apud ANTUNES, 1999, p.21). Antunes conclui então que, para converter a

⁸ “No que diz respeito ao estranhamento no mundo da produção, ao estranhamento econômico, ao processo de fetichização do trabalho e da sua consciência, mantém-se a enorme distância entre o produtor e o resultado do seu trabalho, o produto, que se lhe defronta como algo estranho, alheio, como coisa. Esse estranhamento permanece também no próprio processo laborativo, em maior ou menor intensidade. A desidentidade entre o indivíduo e a sua dimensão de gênero humano também não foi eliminada. Mais do que isso as diversas manifestações de estranhamento atingiram, além do espaço da produção, ainda mais intensamente a esfera do consumo, a esfera da vida fora do trabalho, fazendo do tempo livre, em boa medida, um tempo também sujeito aos valores do sistema produtor de mercadorias. O ser social que trabalha deve ter somente o necessário para viver, mas deve ser constantemente induzido a querer viver para ter ou sonhar com novos produtos” (ANTUNES, 1995, p.100).

⁹ MÉSZARÓS, István. *Beyond Capital*. Merlin Press, Londres, 1995.

¹⁰ “Tendo se constituído como o mais poderosos e abrangente sistema de metabolismo social, o seu sistema de mediação de segunda ordem tem um núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado, sendo que essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente inter-relacionadas, tornando-se impossível superá-las sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende esse sistema” (ANTUNES, 1999, p.22).



produção do capital em propósito da humanidade, foi preciso separar valor de uso e valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo. Conforme essa lógica, cada uma das formas de mediação de primeira ordem é alterada e subordinada aos imperativos de reprodução do capital.

Dando prosseguimento à análise do pensamento de Mészáros, Antunes traz a idéia de que

essa tendência à redução do valor de uso das mercadorias, assim como à agilização necessária de seu ciclo reprodutivo e de seu valor de troca, vem se acentuando desde os anos 70, quando o sistema global do capital teve de buscar alternativas à crise que reduzia o seu processo de crescimento (1999, p.27).

Assim, Antunes afirma que, segundo alguns autores, essas mutações iniciadas nos anos 70 seriam responsáveis pelo estabelecimento de um novo relacionamento entre o capital e o trabalho, com o objetivo de uma reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação.

Richard Sennett

Segundo Sennett (1999), o que mais afeta a vida emocional das pessoas na contemporaneidade é a dimensão do tempo do novo capitalismo. No livro "A Corrosão do Caráter", Sennett se pergunta como é possível a busca de objetivos de longo prazo em uma sociedade de curto prazo. Pergunta-se também como se podem manter relações sociais duráveis em uma sociedade com tantas inconstâncias, como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos.

Entendendo a sociedade capitalista contemporânea assim caracterizada, Sennett (1999) afirma que em todas formas de trabalho as pessoas se identificam com as tarefas que desempenham, porém, no mundo do trabalho que se caracteriza pela flexibilidade, essa relação fica comprometida. Para o autor, o capitalismo de curto prazo corrói o caráter da pessoa, principalmente naquilo que se refere à ligação dos seres



humanos – de uns com os outros – e dão a eles, a nós, um senso de identidade sustentável. Nesse mundo flexível, a apreensão com o emprego impera, diluindo a auto-estima, enfatizando o risco constante, gerando incertezas sobre o valor profissional e pessoal.

Sennett (1999) traz, também, um importante conceito quando pensa no mundo do trabalho dentro de um capitalismo flexível, que é o do perfil de trabalhador que é treinado para trabalhar em várias funções, tornando-se cooperativo, autogestor, o que, na realidade, é um cerceamento do indivíduo no que se refere à luta pelos seus direitos, por melhores condições de trabalho. Um profissional “temporário” em tempos de capitalismo flexível se mostra muito mais manipulável e útil do que um funcionário mais antigo, que já estivesse enredado em relação mútua de confiança e de lealdade.

No livro “Respeito. A formação do caráter em um mundo desigual”¹¹, Sennett reflete sobre o sentimento que o indivíduo desenvolve por si e pelos outros e indaga o que é necessário para cruzar as fronteiras da desigualdade com respeito mútuo. Segundo o autor, na sociedade moderna ocidental, a busca de auto-respeito se constituiu em enfatizar a dignidade do trabalho. O trabalhador passou a ser o sujeito universal. Dessa forma, qualquer adulto que não seja percebido como trabalhador, ou seja, que não trabalhe e não seja financeiramente independente carrega um grande peso. Segundo o autor, ao se eleger a dignidade do trabalho como um valor universal, não se desenvolveram formas de praticar um respeito mútuo inclusivo.

Sennett esclarece, em “Respeito. A formação do caráter em um mundo desigual”, que a sociedade molda o caráter de três maneiras diferentes, sendo que no processo as pessoas ganham ou fracassam em despertar respeito. A primeira forma acontece por meio do desenvolvimento do próprio indivíduo, de suas habilidades e destrezas. Assim, uma pessoa considerada inteligente que não explora esse dom não

¹¹ SENNETT, Richard. *Respect. The formation of character in a world of inequality*. London, Penguin Books, 2003.



desperta respeito, sendo que outra, menos dotada, mas que trabalhe no limite de sua habilidade, sim. Nesse contexto, o autodesenvolvimento se torna uma fonte de estima social porque a nossa sociedade se caracteriza por condenar o desperdício. A segunda se dá pelo cuidado de si, quando o indivíduo gerencia a própria saúde e bem-estar. O cuidado de si também significa não se tornar um peso para os outros, pois um adulto necessitado incorre em vergonha, enquanto outro auto-suficiente ganha respeito. Por fim, a terceira e uma das mais importantes formas de gerar respeito, segundo o autor, é devolvendo aos outros o que se ganhou, ou seja, é de alguma forma devolver algo à comunidade.

Tal como Sennett percebe o mundo do trabalho contemporâneo, podemos inferir a complexidade de ser um desempregado em tal realidade. As pressões sofridas para se estar empregado e para continuar estando empregado torna compreensível a supervalorização do trabalho como valor de troca sobre as demais atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra trabalho é pequena demais para expressar a complexidade do ato. É comum atribuir ao trabalho diversos sentidos, destacando-se dois. O primeiro é de que, na sua essência, o trabalho é por demais nobre e realizador. Espaço privilegiado de crescimento e de exercício da criatividade. Mas, por ter sido o maior instrumento de exploração "do homem pelo homem", o conceito traz em si tudo que de negativo isso significa. Este é o segundo sentido.

Sem esgotar o assunto, pode-se concluir que o trabalho valorizado na sociedade contemporânea tem sido o trabalho que se troca, ou trabalho-moeda, como aqui é definido. Quando se refere ao trabalho-moeda, considera-se o trabalho que o indivíduo realiza com o objetivo de trocar por bens materiais, que vêm ao encontro das necessidades – primárias e sociais – e dos desejos dos indivíduos.



No espaço da casa, da escola, no espaço onde se realiza o trabalho-moeda – e veiculado na mídia – existe um processo de construção da representação de um trabalho que tem que ser mercantilizado, que é inerente à existência humana, que é inquestionável e que sem a realização dele é impossível satisfazer as necessidades de consumo, tão importantes para uma existência feliz no mundo capitalista contemporâneo. Pode ser percebido um processo de “doutrinação” pelo qual a ideologia do consumo/trabalho-moeda é produzida e divulgada pelas diversas instituições socializadoras, com o objetivo, inclusive, de adequarem os indivíduos aos interesses capitalistas do mundo contemporâneo.

Hannah Arendt sintetiza bem essa dependência trabalho/consumo no mundo contemporâneo: “Para sobreviver pelas normas ditadas por um processo capitalista que nos obriga a cada vez mais a viver escravizado em busca de melhoria de vida” (1987, p.106).

O termo escravidão é extremamente adequado. Eu diria que o que caracteriza o trabalho-moeda, hoje, no Brasil e em outros países capitalistas, é o trabalhador escravo “livre” contemporâneo que está tão preso à sua labuta quanto os escravos na Antigüidade, os índios e os negros no Brasil pós-colonização branca. A diferença é que os grilhões contemporâneos são invisíveis, necessitando de uma lente especial chamada “reflexão” para poderem ser percebidos. Não menos forte que o ferro, e diria, bem mais difícil de serem quebrados, são os grilhões chamados “desejo de consumo”, quase impossíveis de serem abandonados. O escravo do período da colonização brasileira pela violência física não foi subjugado, não foi convencido de que a escravidão era a única forma de vida, mas nós, escravos modernos, doutrinados pelo consumo, sim.



REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2 ed. São Paulo, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

_____. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Bomtempo, 1999.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000.

_____. *Eichmann em Jerusalém*. 7 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1999.

CARREIRO, Francisco. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo, Brasiliense, 1977.

ELSTER, Jon. *Marx Hoje*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FGV. *Dicionário de Ciências Sociais*. 1986.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã I*. Portugal, Editorial Presença, 1974.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. In.: *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Artur Mourão. Lisboa, Edições Setenta, 1989.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vol.1 Tomo 1. São Paulo, Abril Cultural, 1970.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter: Consequências pessoais de trabalho no novo capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1999.

SENNETT, Richard. *Respect. The Formation of character in a world of inequality*. London, Renguin Books, 2003.